



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 510/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 510/23, de autoria do Vereador Bruno Miranda, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exma. Sra. Roberta Rodrigues Martins Vieira, Secretária Municipal de Educação, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Qual inovação o substitutivo-Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 510/23 apresenta, tendo em vista que a Lei 9.152/2006 e o Decreto 12.283/2006 estão vigentes?

Havendo inovação, está adentra em matéria de gestão reservada ao órgão do Poder Executivo, ferindo assim a harmonia e a separação dos poderes?

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no substitutivo-Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 510/23

Cumprе destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2023

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:47:34 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CO-  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA: 20/11/23  
HORA: 08:48



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 532/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 532/23, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes na Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 532/23?

Há outra medida necessária, além da pretendida na referida emenda, para que o projeto logre êxito em sua tramitação?

Cumpre destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236  
0769634

Assinado de  
forma digital por  
IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607696  
34  
Dados: 2023.11.20  
08:44:53 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 20/11/23  
HORA. 08:45



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 568/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 568/23, de autoria do Exmo. Vereador Pedro Patrus, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes na Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 568/2022?

Cumprе destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MEL:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:42:54 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 20/11/23  
HORA: 08:43



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 585/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 585/23, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. José Reis Nogueira de Barros, Secretário Municipal de Meio Ambiente, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no substitutivo-Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 585/2023?

Cumprе destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360  
769634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:40:53 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 20/11/23  
HORA: 08:41



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 596/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 596/23, de autoria do Exmo. Vereador Wanderley Porto, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Danilo Borges Matias, Secretário Municipal de Saúde, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no substitutivo-Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 596/2023?

É possível estabelecer controle sobre a medida proposta para que o direito à saúde dos demais pacientes seja resguardado?

Cumpre destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:39:23 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA: 20/11/23  
HORA: 08:40



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Legislação e Justiça

### Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 597/2023

#### Relatório

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 597/2023, que *"Proíbe a utilização de verba pública em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes no Município de Belo Horizonte/MG, e dá outras providências."*, de autoria do Vereador Uner Augusto; Ver.(a) Braulio Lara; Ver.(a) Ciro Pereira; Ver.(a) Cláudio do Mundo Novo; Ver.(a) Cleiton Xavier; Ver.(a) Fernando Luiz; Ver.(a) Flávia Borja; Ver.(a) Helinho da Farmácia; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Janaina Cardoso; Ver.(a) José Ferreira; Ver.(a) Loíde Gonçalves; Ver.(a) Maninho Félix; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Professora Marli; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Wesley Moreira; Ver.(a) Wilsinho da Tabu, seguindo os trâmites regimentais, receber parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas, sob a responsabilidade desta relatoria.

#### Fundamentação

A emenda nº 1 ao Projeto de Lei 597/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, confere nova redação ao artigo 2º, estabelecendo que os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público observarão a legislação e regulamentação previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069/1990.

A emenda nº 2 ao Projeto de Lei 597/2023, de autoria das Vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença, confere nova redação ao artigo 1º, estabelecendo a proibição de uso da verba pública em eventos e serviços que violem disposições previstas nas legislações sobre proteção à criança e aos adolescentes.

Após este breve esclarecimento, passa-se às ponderações técnicas relativas a esta Comissão.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 17/11/2023  
HORA. 17:29



### Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar nas emendas e subemendas apresentadas se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática).

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade da emenda nº 1 ao Projeto de Lei 597/2023 ao estabelecer que os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público observarão a legislação e regulamentação previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) a emenda nº 1 propõe uma abordagem abrangente, consoante à Constituição Federal vigente conforme é possível deferir do artigo destacado abaixo:

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

*§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.*

A emenda nº 2 ao Projeto de Lei 597/2023, ao estabelecer a proibição de uso da verba pública em eventos e serviços que violem disposições previstas nas legislações sobre proteção à criança e aos adolescentes reitera o disposto no mesmo artigo, em consonância com a nossa Carta Magna.

Portanto, concluo pela constitucionalidade das emendas nº 1 e nº 2.



### Da Legalidade

No âmbito da legalidade/juridicidade, cabe a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face todo ordenamento jurídico, ou seja, a verificação em conformidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a LOMBH (Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte).

Observa-se que a emenda nº 1 ao Projeto de Lei 597/2023, ao estabelecer que os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público observarão a legislação e regulamentação previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente está de acordo com a legislação nacional aplicável, vejamos o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente:

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.*

*Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

Assim também a emenda nº 2 ao Projeto de Lei 597/2023, ao estabelecer a proibição de uso da verba pública em eventos e serviços que violem disposições previstas nas legislações sobre proteção à criança e aos adolescentes.

De tal modo, entendo pela legalidade das emendas nº 1 e nº 2.

### Da Regimentalidade

Por fim, confirma-se compatibilidade das emendas apresentadas com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das emendas nº 1 e nº 2.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nº 1 e nº 2.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691  
691  
Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Assinado de forma digital  
por SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.11.17  
17:27:04 -03'00'



**Proposta de Dilligência ao Projeto de Lei nº 598/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 598/23, de autoria da Exma. Vereadora Marcela Trópia, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fernando Campos Motta, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no substitutivo-Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 598/2023?

O Projeto apresenta inovação no ordenamento municipal? Qual?

Cumpre destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360  
769634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:36:49 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 20/11/23  
HORA. 08:38



**Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 607/23 – 2º Turno**

**Comissão de Legislação e Justiça**

Proponho que a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 607/23, de autoria do Exmo. Vereador Bruno Miranda, seja baixada em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. André Dantas, Superintendente de Mobilidade, com o objetivo de obter os seguintes esclarecimentos:

Há óbice técnico, legal ou de outra natureza para a aplicação das disposições presentes no Substitutivo-Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 607/2023?

Cumprе destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a confecção do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236  
0769634

Assinado de  
forma digital por  
IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607696  
34  
Dados: 2023.11.20  
08:31:40 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 20/11/23  
HORA: 08:35



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 731/2023**

**Relatório**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 731/2023 de autoria do Vereador Cleiton Xavier que Altera a *Lei nº 10.389, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de uma unidade de combate a incêndio e primeiros socorros, composta por Corpo de Bombeiro Civil, nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências.*

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designado relator e, nessa condição passo a fundamentar o presente parecer.

**Fundamentação**

Compete à Comissão de Legislação e Justiça a análise de juridicidade dos projetos de lei que tramitam nesta Casa Legislativa, compreendendo a avaliação de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições.

O exame de constitucionalidade neste momento é de grande importância, pois tem caráter de controle de constitucionalidade preventivo, o que, no contexto de uma Constituição formal e rígida, é imprescindível para a garantia de um ordenamento jurídico em conformidade com as normas constitucionais, garantindo o preenchimento dos requisitos formais e materiais que devem ser observados.

Já em relação às normas infraconstitucionais, há que se verificar a conformidade das proposições com as leis gerais federais, leis estaduais pertinentes e Lei Orgânica Municipal. Em relação à juridicidade, em sentido amplo, insta verificar se o projeto de lei é dotado de generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, avaliando também se tal projeto inova no ordenamento jurídico.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Por fim, é preciso avaliar se a proposição é regimental, ou seja, se é compatível com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O projeto em análise visa alterar a Lei nº 10.389, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de uma unidade de combate a incêndio e primeiros socorros, composta por Corpo de Bombeiro Civil, nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências”. Como justificativa, narra a tragédia da boate Kiss, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que aconteceu em 27 de janeiro de 2013. Neste trágico evento que causou comoção nacional houve 242 vítimas fatais e outras 680 pessoas feridas. Relata ainda na justificativa que existem vários casos, mesmo em shoppings, terminais, faculdades que também tem chamado bastante atenção nos últimos tempos, com diversos acidentes, princípios de incêndios, emergências médicas e etc.

Demonstrando pois o objetivo do projeto de lei apresentado, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Da Constitucionalidade**

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática).

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos. Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal contamine o ordenamento jurídico.



Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e sobretudo cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas. Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa, observa-se que a matéria tratada no projeto de lei em análise não adentra nenhuma reserva de competência, ou seja, não há que se falar em competência privativa neste caso, pois deve ser interpretado de forma restritiva. Vejamos o artigo 61 da CF.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*“(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade.” (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ 24/08/2007).*

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 731/2023.

## **Da Legalidade**

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Percebe-se que o projeto de lei em análise, ao dispor sobre a obrigatoriedade de manutenção de uma unidade de combate de incêndio e primeiros socorros em



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

estabelecimentos, está em perfeita consonância com a Lei nº 10.389/2012, uma vez que, expande a atuação e prevenção contra incêndio já prevista em lei para segurança e benefício dos munícipes.

Quanto à concordância do PL 731/2023 com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito à iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao: II — legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta quaisquer outras violações à legislação vigente sobre o tema, pelo que entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 731/2023.

### **Da Regimentalidade**

O PL 731/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos 98, 99 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal.

Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 731/2023.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 731/2023.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2023.

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:843155206  
91

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.11.14 18:18:53  
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 738/2023

### Relatório

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 738/2023 de autoria do Vereador Irlan Melo que proíbe o funcionamento do equipamento de som automotivo popularmente conhecido como "paredão do som" nas vias, praças e demais logradouros públicos do Município.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designado relator e, nessa condição passo a fundamentar o presente parecer.

### Fundamentação

Compete à Comissão de Legislação e Justiça a análise de juridicidade dos projetos de lei que tramitam nesta Casa Legislativa, compreendendo a avaliação de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições.

O exame de constitucionalidade neste momento é de grande importância, pois tem caráter de controle de constitucionalidade preventivo, o que, no contexto de uma Constituição formal e rígida, é imprescindível para a garantia de um ordenamento jurídico em conformidade com as normas constitucionais, garantindo o preenchimento dos requisitos formais e materiais que devem ser observados.

Já em relação às normas infraconstitucionais, há que se verificar a conformidade das proposições com as leis gerais federais, leis estaduais pertinentes e Lei Orgânica Municipal. Em relação à juridicidade, em sentido amplo, insta verificar se o projeto de lei é dotado de generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, avaliando também se tal projeto inova no ordenamento jurídico.

Por fim, é preciso avaliar se a proposição é regimental, ou seja, se é compatível com o Regimento Interno desta Casa Legislativa. Após esta breve explanação, passo a análise que compete esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 20/11/2023  
HORA 14:32



## Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática).

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos. Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e sobretudo cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas. Nesse sentido, verifica-se que a competência é municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual

no que couber;

Quanto à iniciativa, observa-se que a matéria tratada no projeto de lei em análise não adentra nenhuma reserva de competência, ou seja, não há que se falar em competência privativa neste caso, pois deve ser interpretado de forma restritiva. Vejamos o artigo 61 da CF.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:
  - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
  - b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*"(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade." (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ 24/08/2007).*

Ademais, é necessário destacar a Legislação Relativa à Matéria do PL nº 738/23, que faz parte da justificativa do atual projeto e estabelece corretamente o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 738/2023.

## **Da Legalidade**

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Percebe-se que o projeto de lei em análise, ao dispor sobre a proibição do funcionamento do equipamento de som automotivo popularmente conhecido como "paredão do som" nas vias, praças e demais logradouros públicos do Município está em consonância com a Lei nº 14.155 de 2021 que altera a sanção do Código Penal, com objetivo de tornar mais graves as penas dos crimes praticados contra dispositivos de informática, assim como furto e estelionato realizado por meio eletrônico ou pela internet, sendo mais rígida quando a vítima do crime for pessoa idosa ou vulnerável.

Ademais, o presente projeto encontra respaldo no Decreto-Lei n. 3.688/41, art. 42, inciso III, que prevê contravenção penal quando há perturbação do trabalho ou do sossego alheios.

“Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios:

III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.”

Quanto à concordância do PL 738/2023 com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito à iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao: II — legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta quaisquer outras violações à legislação vigente sobre o tema, pelo que entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 738/2023.

## Da Regimentalidade

O PL 738/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos 98, 99 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal.

Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 738/2023.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n° 738/2023.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.11.20 14:27:32  
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM SEGUNDO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 745/2023  
VOTO DO RELATOR

## 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 29, de 25/09/2023) que *Autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município e dá outras providências.*

O Projeto foi aprovado em primeiro turno e duas Emenda foram apresentadas.

Designado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023, passo à fundamentação do presente parecer.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A emenda nº 1, de autoria do Exmo. Vereador Jorge Santos, confere nova redação ao §2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 745/2023 com intuito de determinar que os créditos decorrentes de preços públicos, multas contratuais e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, inscritos ou não em dívida ativa, possam ser extintos com descontos sobre o valor do crédito que vão de 35% (trinta e cinco por cento) até 95% (noventa e cinco por cento), conforme número de parcelas.

A emenda 2, também de autoria do Exmo. Vereador Jorge Santos, propõe o acréscimo de artigo determinando a isenção dos tributos municipais aos prestadores de serviços de interesse público, contratados ou conveniados com o Poder Público Municipal, relativos a direitos sociais previstos no Artigo 6º da Constituição da República.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão.

### 2.1 Da Constitucionalidade



No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que as Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023 encontra-se em perfeita consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

## **Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Destarte, estando respaldado pela competência concernente ao interesse local, concluo pela constitucionalidade das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023.

## **2.2 Da Legalidade**

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre examinar a concordância da proposição legislativa frente ao arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade do ato com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

No que diz respeito às Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023, observa-se que não há conflito desta proposição com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e com as demais legislações infraconstitucionais.

Concluo, portanto, pela legalidade/juridicidade das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023.

## **2.3 Da Regimentalidade**

Em relação à regimentalidade, cumpre ressaltar um evidente erro na redação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 745/2023, que lhe retira o sentido e a clareza. Vejamos:





§ 2º - Os créditos decorrentes de preços públicos, multas contratuais e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, inscritos ou não em dívida ativa:

Observa-se que à redação proposta para o §2º falta o complemento que informa que os créditos poderão ser extintos com descontos sobre o valor do crédito. No dispositivo acima o sujeito encontra-se sem o predicado que lhe complementa o sentido. Para sanar tal problema textual, apresento uma subemenda.

Quanto à Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023, não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o seu prosseguimento, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Nestes termos, concluo pela regimentalidade da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 745/2023 e pela regimentabilidade da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 745/2023 com apresentação de subemenda

### **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade da emenda nº 2 ao projeto de Lei nº 745/2023 e pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade da emenda nº 1 ao projeto de Lei nº 745/2023 com apresentação de subemenda.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

**IRLAN CHAVES** Assinado de forma  
digital por IRLAN  
**DE OLIVEIRA** CHAVES DE OLIVEIRA  
**MELO:923607** MELO:92360769634  
**69634** Dados: 2023.11.20  
09:02:47 -03'00'

**Vereador Irlan Melo**  
**Líder do Patriota**



**SUBEMENDA Nº**

**À EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 745/2023**

**Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 745/2023**

**Art. 1º - [...]**

**§ 2º — Os créditos decorrentes de preços públicos, multas contratuais e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser extintos com descontos sobre o valor do crédito de:**

**I – 95% (noventa e cinco por cento) para pagamento integral em até 60(sessenta) dias contados da regulamentação desta Lei;**

**II - 90% (noventa por cento) para pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais;**

**III - 85% (oitenta e cinco por cento) para pagamento em até 12(doze) parcelas mensais;**

**IV - 80% (oitenta por cento) para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais;**

**V - 75% (setenta e cinco por cento) para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;**

**VI - 70% (setenta por cento) para pagamento em até 30 (trinta) parcelas mensais;**

**VII - 65% (sessenta e cinco por cento) para pagamento em até 36(trinta e seis) parcelas mensais;**

**VIII - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 42(quarenta e duas) parcelas mensais;**

**IX - 55% (cinquenta e cinco por cento) para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais;**



X - 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais;

XI - 45% (quarenta e cinco por cento) para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais;

XII - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 66 (sessenta e seis) parcelas mensais; e

XIII - 35% (trinta e cinco por cento) para pagamento em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.

IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
69634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20 09:03:15 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 765/2023

### Relatório

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 765/2023 de autoria do Vereador Fernando Luiz que institui no âmbito do Município de Belo Horizonte a Campanha de orientação às pessoas idosas contra fraudes e golpes praticados no comércio eletrônico e na internet e dá outras providências.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designado relator e, nessa condição passo a fundamentar o presente parecer.

### Fundamentação

Compete à Comissão de Legislação e Justiça a análise de juridicidade dos projetos de lei que tramitam nesta Casa Legislativa, compreendendo a avaliação de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições.

O exame de constitucionalidade neste momento é de grande importância, pois tem caráter de controle de constitucionalidade preventivo, o que, no contexto de uma Constituição formal e rígida, é imprescindível para a garantia de um ordenamento jurídico em conformidade com as normas constitucionais, garantindo o preenchimento dos requisitos formais e materiais que devem ser observados.

Já em relação às normas infraconstitucionais, há que se verificar a conformidade das proposições com as leis gerais federais, leis estaduais pertinentes e Lei Orgânica Municipal. Em relação à juridicidade, em sentido amplo, insta verificar se o projeto de lei é dotado de generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, avaliando também se tal projeto inova no ordenamento jurídico.

Por fim, é preciso avaliar se a proposição é regimental, ou seja, se é compatível com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Segundo o autor, o projeto em análise visa instituir “campanha de orientação às pessoas idosas contra fraudes e golpes no setor do comércio eletrônico e na internet, com o objetivo de educar e orientar os idosos do município contra as condutas criminosas praticadas na internet.

Os criminosos abusam da simplicidade e da confiança do usuário idoso para obter informações bancárias confidenciais, até mesmo por uso de ligações telefônicas e pela própria internet”.

Após esta breve explanação, passo a análise que compete esta Comissão, nos

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 17/11/2023  
HORA: 17:31



termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

## Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática).

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos. Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e sobretudo cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas. Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa, observa-se que a matéria tratada no projeto de lei em análise não adentra nenhuma reserva de competência, ou seja, não há que se falar em competência privativa neste caso, pois deve ser interpretado de forma restritiva. Vejamos o artigo 61 da CF.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*"(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade." (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ 24/08/2007).*

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 765/2023.

## Da Legalidade

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Peercebe-se que o projeto de lei em análise, ao deliberar sobre a Campanha de orientação às pessoas idosas contra fraudes e golpes praticados no comércio



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

eletrônico e na internet está em consonância com a Lei nº 14.155 de 2021 que altera a sanção do Código Penal, com objetivo de tornar mais graves as penas dos crimes praticados contra dispositivos de informática, assim como furto e estelionato realizado por meio eletrônico ou pela internet, sendo mais rígida quando a vítima do crime for pessoa idosa ou vulnerável.

Quanto à concordância do PL 765/2023 com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito à iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao: II — legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta quaisquer outras violações à legislação vigente sobre o tema, pelo que entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 765/2023.

## Da Regimentalidade

O PL 765/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos 98, 99 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal.

Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 765/2023.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 765/2023.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.

SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por SERGIO  
FERNANDO PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.11.17 17:16:59 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 768/2023  
VOTO DO RELATOR

## 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Excelentíssimos Vereadores Maninho Félix e Marcos Crispim que *Altera o artigo 117 da Lei 11.416, de 3 de outubro de 2022, garantindo às pessoas com deficiência visual e auditiva o direito de terem transcrição para o Braille e auxílio leitor nas provas de concursos públicos promovidos pela administração direta e indireta.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 768/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 768/2023, em suma, altera a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida, em busca de equidade no acesso da pessoa com deficiência visual e auditiva em concursos ou processos seletivos no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

### 2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 1488/2023  
DATA: 20/11/2023  
HORA: 09:13





Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 768/2023 encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Ressalta-se ainda que a medida apresentada pelo Projeto de Lei nº 768/2023 apresenta-se em estrita concordância com o Princípio da Dignidade Humana ao visar assegurar a equidade no acesso da pessoa com deficiência visual ou auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público ou processo seletivo no âmbito da administração pública municipal direta e indireta.

Sublinha-se ainda que o Projeto em tela fortalece a normativa prevista no art. 7º, inciso XXXI da Constituição da República, que assim dispõe:

**Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**

(...)



XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Ao assegurar condições especiais para provimento da pessoa com deficiência visual ou auditiva à cargo ou emprego nos concursos públicos municipais, em igualdade de condições com os demais candidatos, o Projeto de Lei nº 768/2023 torna-se mais um meio de consecução dos Direitos Sociais Constitucionais previstos no supracitado art. 7º, inciso XXXI.

Ademais, urge destacar que o Projeto de Lei nº 768/2023 está em harmonia com o art. 27 do Decreto nº 6.949/2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

## Artigo 27

### Trabalho e emprego

1.Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. (...)

Cumpra aqui destacar que o Decreto nº 6.949/2009 foi aprovado conforme procedimento previsto no do art. 5º, §3º da CR/88, sendo, portanto, equivalente às emendas constitucionais.

Destarte, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## 2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.



No que diz respeito ao Projeto de Lei nº 768/2023, não se observa conflito com a legislação infraconstitucional pertinente ao tema.

Por tudo acima explanado, concluo pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 768/2023.

### 2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 768/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 768/2023.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236  
0769634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236076963  
4  
Dados: 2023.11.20  
09:11:13 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriota



COMISSÃO DE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 771/2023

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Exma. vereador Fernanda Pereira Altoé que *Altera a Lei nº 11.458/2023, que "Dispõe sobre o controle, a gestão e a transparência dos valores arrecadados para custeio da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município no âmbito dos contratos de concessão e permissão vigentes"*.

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 771/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise acrescenta o § 8º ao art. 5º da Lei 11.458/2023 para dispor que *Os veículos adquiridos a partir da implementação da remuneração complementar serão considerados bens reversíveis, devendo ser devolvidos pelas Concessionárias ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão.*

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA: 20/11/2023  
HORA: 14:42



Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 771/2023 encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Não se evidencia, ainda, vício no Projeto de Lei 771/2023 quanto à sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Frente ao exposto, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 771/2023.

## **2.2 Da Legalidade**

No que concerne à legalidade, cumpre examinar a concordância da proposição legislativa frente ao arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade do ato com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.



Quanto ao projeto de Lei nº 771/2023, não se evidencia conflito desta proposição com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH - e com as demais legislações infraconstitucionais.

Nestes termos, concluo pela legalidade do Projeto de Lei nº 771/2023.

## 2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 771/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

## 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 771/2023.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:9236076  
9634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
14:41:24 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



DIRLEG 	Fl. 125
-----------------------------------------------------------------------------------------------	------------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 412/2017

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 01/11/23,

  
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador  
Irlan Melo para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 14 / 11 / 2023

  
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 412/17

### Relatório

O Projeto de Lei nº 412/17, que “Institui o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas de Belo Horizonte - PMLLLB-BH”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 19 - Substitutivo, tendo sido rejeitada em votação destacada a alínea “a” do inciso VII de seu art. 4º, e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe ressaltar a supressão da alínea “a” do inciso VII do art. 4º e a renumeração das alíneas subsequentes em razão da rejeição desse dispositivo em votação destacada.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 412/17.

Belo Horizonte, 17 / 11 / 23

RELATOR





**PROJETO DE LEI Nº 412/17**

Institui o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

**Art. 1º** - Fica instituído o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas de Belo Horizonte - PMLLLB-BH, com duração de 10 (dez) anos, como estratégia contínua para promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura, da oralidade e do acesso às bibliotecas públicas no Município.

**Parágrafo único** - O PMLLLB-BH atende às metas estabelecidas nos incisos IV e XXVII do art. 5º do Anexo Único da Lei nº 10.854, de 16 de outubro de 2015, que institui o Plano Municipal de Cultura, e na Lei nº 10.901, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura.

**Art. 2º** - Caberá à Secretaria Municipal de Cultura - SMC - e à Fundação Municipal de Cultura - FMC, com apoio da Secretaria Municipal de Educação - Smed, coordenar e executar o PMLLLB-BH, incluindo a revisão sistemática das estratégias e das ações do plano, com participação do poder público e da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita - PNLE.

**Art. 3º** - São diretrizes do PMLLLB-BH:

I - o reconhecimento da leitura e da escrita como direitos que ampliam as condições de exercer plenamente a cidadania, de ter uma vida digna e de contribuir na construção de uma sociedade mais justa;

II - o entendimento da leitura e da escrita como práticas culturais, educacionais, criativas, políticas e históricas, que favorecem a construção do conhecimento;

III - o desenvolvimento das capacidades linguísticas, com vistas a formar leitores e escritores críticos e reflexivos;

IV - o respeito à diversidade cultural na promoção de práticas de leitura e de escrita;

V - a implementação de práticas que valorizem o acesso à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;

VI - o fortalecimento das iniciativas intersetoriais entre Smed, SMC e FMC, que visem desenvolver as competências de leitura, escrita e oralidade, fundamentais para o domínio da língua;



VII - a valorização da leitura literária, tendo em vista as mais distintas autorias, identidades e perspectivas de narrar e de compreender o mundo, em tempos e espaços diversos, por meio da cultura escrita;

VIII - a valorização e o estímulo da leitura de textos científicos e informativos das diversas áreas do conhecimento;

IX - a garantia da acessibilidade das bibliotecas públicas e escolares à pessoa com deficiência, assim como em casos de evento, concurso, curso e atividade para a promoção da leitura, provendo os espaços acessíveis com medidas e tecnologias assistivas e com pessoas capacitadas;

X - a consideração do princípio da diversidade para a formação dos acervos bibliográficos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;

XI - a valorização do bibliotecário e do professor como protagonistas no processo de formação de leitores;

XII - a valorização e o reconhecimento do mediador de leitura como profissional que trabalha com a formação de leitores e escritores;

XIII - a valorização do escritor, do ilustrador e do tradutor como profissionais da criação no processo de produção do livro;

XIV - o reconhecimento e a valorização do escritor, do ilustrador e do tradutor independente;

XV - o fortalecimento das bibliotecas públicas, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura, das bibliotecas escolares, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, e das bibliotecas comunitárias como espaços comunitários de acesso à leitura e de formação permanente, em consonância com a PNLE;

XVI - a valorização da cadeia produtiva, distributiva e mediadora do livro, da escrita, da leitura e das bibliotecas, incluindo os selos editoriais independentes, os sebos e as livrarias como integrantes fundamentais e dinamizadores desses segmentos da economia criativa.

Parágrafo único - O PMLLB-BH observará os princípios e as diretrizes dos planos nacionais, estaduais e municipais estruturantes, em especial:

I - do Plano Municipal de Cultura;

II - do Plano Municipal de Educação - PME;

III - da Política Estadual do Livro;

IV - do Plano Estadual de Educação - PEE-MG;

V - da PNLE.



## Art. 4º - São estratégias do PMLLB-BH:

I - valorização da leitura e da escrita, como práticas culturais, educativas, políticas e históricas, e do livro, como um bem cultural, que permitem acessar e construir o conhecimento, por meio das seguintes ações:

a) viabilizar o lançamento de campanhas periódicas e de materiais explicativos, com foco na valorização da leitura e da escrita;

b) elaborar guia georreferenciado para divulgação ampla das bibliotecas públicas, escolares abertas à comunidade e comunitárias e dos espaços de leitura;

c) elaborar e disponibilizar guia de livrarias e sebos no Município;

d) divulgar projetos públicos e da sociedade civil para democratizar o acesso à leitura, à escrita e à oralidade;

e) estimular iniciativas de valorização da escrita e da leitura em plataformas de mídias digitais;

f) divulgar os selos editoriais e as publicações independentes;

II - garantia de acesso gratuito e democrático à leitura e à escrita no Município, por meio das seguintes ações:

a) implantar e manter bibliotecas escolares nas instituições educacionais do Município, públicas e privadas, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010;

b) assegurar a manutenção das bibliotecas públicas e atuar com vistas à ampliação do número de equipamentos culturais dessa natureza;

c) apoiar e fomentar a criação e a manutenção de bibliotecas comunitárias e de outras iniciativas da sociedade civil que contribuam na promoção da leitura e da escrita;

d) criar e fortalecer práticas e ações para a promoção da leitura e da escrita com atendimento específico à primeira infância, que inclui crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;

e) incentivar a implantação e a manutenção de pontos de leitura em instituições públicas ou parceiras que atuem nas políticas municipais de Educação e da Assistência Social relacionadas à infância;

f) criar e fortalecer práticas e ações para a promoção da leitura, da escrita e da oralidade com atendimento específico aos adolescentes, aos jovens e aos idosos;

g) viabilizar, por meio de programa específico, a criação e a manutenção de pontos de leitura em salas de espera dos equipamentos públicos com grande



circulação de pessoas, nos parques e nas praças, bem como em instituições de atendimento básico de saúde e de internação, como hospitais, centros de tratamento de saúde mental e presídios;

h) garantir acessibilidade para a população nas bibliotecas e nos eventos literários públicos;

i) qualificar os trabalhadores que atuam em bibliotecas, eventos literários, projetos e iniciativas relacionadas à promoção da leitura e da escrita, para atenderem às pessoas com deficiência;

j) qualificar a infraestrutura física e tecnológica das bibliotecas públicas e escolares, bem como apoiar essa iniciativa em bibliotecas comunitárias, com a participação dos bibliotecários no planejamento arquitetônico e nas modificações estruturais relativas ao espaço, com vistas ao atendimento adequado dos leitores, particularmente das pessoas com deficiência;

k) qualificar e ampliar os acervos bibliográficos, incluindo material acessível e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência nas bibliotecas públicas e escolares, bem como apoiar essa iniciativa em bibliotecas comunitárias;

l) fortalecer e aprimorar os programas da Smed que contemplem a distribuição de livros para os alunos da rede pública municipal de ensino, rede própria e creches parceiras, e promover ações conjuntas entre os equipamentos da SMC e da FMC e as bibliotecas comunitárias, visando a apropriação desses livros por alunos, professores, famílias e comunidades;

m) realizar, em bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, atividades que promovam a apropriação da cultura escrita em diversos suportes físicos e digitais;

n) qualificar a programação cultural e as atividades pedagógicas, de extensão comunitária e de formação, nos centros culturais e nas escolas, voltadas ao estímulo à leitura, à oralidade e à escrita;

o) melhorar a sinalização indicativa sobre a localização das bibliotecas, incluindo as unidades dentro de outros equipamentos culturais e educacionais;

p) articular, com os setores responsáveis, a inclusão de localização das bibliotecas na sinalização de trânsito, no transporte coletivo e em mapas e guias turísticos do Município;

q) ampliar os dias e horários de funcionamento das bibliotecas públicas;

III - garantia de uma política específica para a promoção da leitura na primeira infância, contemplando aspectos da identidade cultural das crianças, por meio das seguintes ações:

a) promover iniciativas para sensibilizar a população sobre a importância da leitura com crianças desde o nascimento;



b) estimular a implantação de bibliotecas e espaços de leitura, com acervo e estrutura adequados, em escolas municipais de educação infantil, unidades do programa BH Cidadania, creches parceiras, acolhimento institucional, postos de saúde, hospitais e demais instituições que trabalham com crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;

c) garantir a criação de espaços, acervos, atividades e serviços específicos e permanentes, para crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos, nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;

d) realizar atividades permanentes de formação para professores, bibliotecários, mediadores de leitura, agentes comunitários, agentes públicos e outros sobre a importância da leitura na primeira infância, como parte da qualificação e atuação profissional;

e) promover atividades com famílias e com cuidadores de crianças para a conscientização da importância do contato com livros, histórias e cantigas de ninar;

f) estimular as famílias a lerem com as crianças no ambiente doméstico e a frequentarem bibliotecas, livrarias, museus e centros culturais;

g) propor a inclusão de ações de promoção da leitura e da escrita na primeira infância no Plano Municipal para Infância e Adolescência, integrante do Programa Prefeito Amigo da Criança;

h) alinhar com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a realização de iniciativas de promoção da leitura e da escrita na primeira infância;

IV - atuação para que o quadro de recursos humanos das bibliotecas escolares e públicas possua formação específica e seja quantitativa e qualitativamente adequado ao seu funcionamento, por meio das seguintes ações:

a) garantir, com regularidade, a formação e a ampliação do quadro de recursos humanos nas bibliotecas públicas e escolares, contemplando, além de bibliotecários, auxiliares de biblioteca, profissionais com formação em áreas diversas do conhecimento, e técnicos administrativos;

b) promover seminários, cursos e oficinas para a formação permanente dos profissionais que trabalham nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, além de viabilizar a participação em atividades da mesma natureza realizadas por outras instituições;

c) ampliar o número de funcionários das bibliotecas públicas, de maneira que seja garantido o funcionamento dessas unidades nos fins de semana e em horários estendidos;

d) incentivar a abertura das bibliotecas escolares aos fins de semana e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da contribuição das famílias na formação leitora;



V - garantia de recursos orçamentários anuais para ampliação e renovação dos acervos bibliográficos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, por meio das seguintes ações:

a) viabilizar a aquisição anual de livros, revistas, gibis, jornais e outros materiais de leitura impressos e eletrônicos, com identidades culturais e étnicas diversas, para as bibliotecas públicas e escolares;

b) viabilizar e apoiar a aquisição anual de livros, revistas, gibis, jornais e outros materiais de leitura impressos e eletrônicos, com identidades culturais e étnicas diversas, para as bibliotecas comunitárias;

c) garantir a participação da sociedade civil e da comunidade escolar no processo de seleção de acervo das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares;

d) orientar as comissões de seleção de acervo para bibliotecas escolares, formadas pelo órgão responsável pela aquisição dos livros, quanto ao atendimento aos interesses e necessidades das comunidades ao projeto pedagógico das escolas;

VI - viabilização de eventos e atividades para valorizar e promover a leitura, a escrita e a oralidade nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias e em outros espaços do Município, contemplando diferentes referências culturais dos usuários, por meio das seguintes ações:

a) realizar, regularmente, oficinas, cursos, palestras, saraus e encontros com escritores nas bibliotecas, escolas e outros espaços públicos;

b) fomentar a circulação de escritores e ilustradores, prioritariamente os residentes no Município, pelas escolas da Rede Municipal de Educação para realização de atividades com a comunidade escolar;

c) fortalecer as ações intersetoriais entre as instituições do Poder Executivo municipal, de maneira que seja ampliado o alcance das iniciativas de valorização e de promoção da leitura e da escrita, com recursos, programas e espaços disponíveis;

d) fortalecer a articulação entre as instituições federais, estaduais e municipais, de maneira que seja ampliado o alcance das iniciativas de valorização e de promoção da leitura e da escrita, com recursos, programas e espaços disponíveis;

e) ampliar parcerias com a iniciativa privada para a promoção de atividades de estímulo à leitura e à escrita;

f) apoiar a realização de atividades para a promoção da leitura e da escrita nas bibliotecas comunitárias;

g) promover atividades de leitura e de escrita em museus, centros de referência, parques, praças e outros espaços públicos de socialização;



VII - realização bienal do Festival Literário Internacional de Belo Horizonte - FLI-BH, por meio das seguintes ações:

- a) garantir gratuidade em todas as atividades realizadas no âmbito do FLI-BH;
- b) ampliar a divulgação do FLI-BH e de sua programação em meios diversos, de maneira que seja alcançado o maior número possível de pessoas;
- c) garantir diversidade na programação, com oferta de atividades para criança, jovem, adulto e pessoa com deficiência ou necessidades especiais, como público e como escritor;
- d) garantir na programação atividades de formação voltadas para profissionais da escrita e do livro;
- e) estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas ligadas ao setor de leitura, escrita, literatura, livros e bibliotecas;
- f) fortalecer as parcerias com a Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário da Secretaria de Estado de Cultura e com as secretarias Municipal e Estadual de Educação;
- g) ampliar e fortalecer a participação dos servidores da SMC, da FMC e da Smed na concepção, na produção, na realização e na avaliação de todas as etapas do FLI-BH;
- h) ampliar e fortalecer a participação da sociedade civil na elaboração da programação do FLI-BH;
- i) ampliar a participação dos escritores, ilustradores, tradutores, narradores de histórias, pesquisadores e especialistas em literatura e educação na programação do FLI-BH;
- j) garantir acessibilidade em todas as atividades, considerando as especificidades e as necessidades dos participantes;
- k) contemplar a participação dos escritores e editores independentes na programação do FLI-BH;
- l) realizar reunião pública para avaliação e prestação de contas do FLI-BH, em até 3 (três) meses após a sua realização;

VIII - valorização dos profissionais que trabalham nas escolas, bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, bem como de outros profissionais que atuem na promoção da leitura e da escrita, promovendo a formação continuada, por meio das seguintes ações:

- a) estimular, junto às instituições de ensino superior, especialmente as públicas, a criação de cursos, disciplinas e grupos de pesquisa com temas atinentes



às dimensões técnica, cultural, política e ética das bibliotecas e à formação de leitores e escritores;

b) promover oficinas de mediação de leitura e oficinas de escrita na Escola Livre de Artes-Arena da Cultura - ELA-Arena, nos centros culturais da FMC e nas bibliotecas comunitárias;

c) qualificar e fortalecer o programa de estágio da administração direta e indireta do Poder Executivo nas bibliotecas públicas e escolares, de maneira que seja estimulado o interesse de estudantes pelo trabalho nesses locais;

d) promover e apoiar atividades de formação e pesquisa em temas atinentes à biblioteca, às práticas de leitura e de escrita e à formação de leitores, especialmente para professores, bibliotecários, mediadores de leitura, oficineiros de escrita e agentes de leitura;

IX - valorização e fomento à escrita, à ilustração e à tradução de livros, por meio das seguintes ações:

a) viabilizar a realização de cursos e oficinas de escrita literária, em seus diversos gêneros, bem como de tradução e de ilustração na ELA-Arena;

b) fomentar a participação de escritores, ilustradores e tradutores locais, incluídos os independentes, em eventos literários no Brasil e no exterior;

c) viabilizar a participação de escritores, ilustradores, tradutores e editores em programas de intercâmbios, bolsas para pesquisa, cursos e residências artísticas;

d) promover programas de estímulo à tradução e à edição de obras de autores belo-horizontinos em outros países;

e) atuar junto às instituições de ensino superior, especialmente as públicas, visando à criação de cursos, disciplinas e grupos de pesquisa de temas atinentes à escrita literária, à ilustração e à tradução;

X - manutenção e fortalecimento dos concursos nacionais de Literatura Prêmio Cidade de Belo Horizonte e João-de-Barro - Literatura para Crianças e Jovens, por meio das seguintes ações:

a) realizar, anualmente, o Concurso Prêmio Cidade de Belo Horizonte, com as categorias: conto, dramaturgia, poesia e romance;

b) realizar, anualmente, o Concurso João-de-Barro - Literatura para Crianças e Jovens, com as categorias: texto literário e livro ilustrado;

c) ampliar a divulgação de editais para todo o território nacional, em diversos meios e suportes;

d) ampliar a divulgação dos resultados dos prêmios, valorizando os autores vencedores;





**XI - valorização e fomento da cadeia produtiva do livro no Município, por meio das seguintes ações:**

a) promover oficinas em torno da edição e da produção de livros na ELA-Arena;

b) garantir participação mínima de 10% (dez por cento) dos selos editoriais da cidade em programas públicos de aquisição de livros;

c) estimular a criação de incubadoras, a fim de apoiar editoras e projetos literários locais na busca de soluções para viabilizar a edição do livro;

**XII - viabilização de recursos para projetos na área de leitura, escrita, literatura, livro e bibliotecas, por meio das seguintes ações:**

a) estimular a participação de escritores, ilustradores, tradutores, editores, livreiros, agentes comunitários e mediadores de leitura em editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura;

b) realizar oficinas para elaboração de projetos na área;

c) fortalecer a representação da sociedade civil na Comissão Municipal de Incentivo à Cultura;

**XIII - apoio às bibliotecas comunitárias do Município, por meio das seguintes ações:**

a) realizar diagnóstico das bibliotecas comunitárias, de maneira que sejam identificadas as demandas e as necessidades, acompanhando o seu desenvolvimento;

b) elaborar, junto com a sociedade civil, proposta de melhoria das bibliotecas comunitárias que contemple as demandas e as necessidades identificadas pelo diagnóstico;

c) implementar mecanismos específicos de apoio a bibliotecas comunitárias;

d) formar comissão de acompanhamento das atividades e serviços contemplados pelos mecanismos específicos de apoio a bibliotecas comunitárias da cidade;

e) divulgar as atividades e os serviços desenvolvidos;

**XIV - fortalecimento dos mecanismos de avaliação e controle social relativos às políticas públicas de leitura, escrita, literatura, livro e bibliotecas, por meio das seguintes ações:**

a) realizar pesquisas e estudos e estabelecer indicadores que subsidiem a avaliação das políticas públicas culturais e educacionais, particularmente relativos à leitura, à escrita, ao livro, à literatura e às bibliotecas;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

b) criar o Colegiado Setorial Municipal de Leitura, Escrita, Literatura, Livro e Bibliotecas, com formação paritária de representantes do poder público municipal e da sociedade civil, como instância consultiva do Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte - Comuc;

c) garantir a representação do setor no Comuc, informando o conselho sobre sua importância;

d) divulgar os processos de eleição para os representantes setoriais;

e) divulgar a agenda de reuniões do Comuc, de maneira que seja ampliada a participação no setor;

f) ampliar a participação setorial na pauta do Comuc;

g) promover fóruns bienais de discussão, avaliação e reformulação da política para a promoção da leitura e da escrita.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 / 11 / 23

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**PL Nº 352 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para Redação Final**

Em 07/11/2023,

CGM - 526  
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador  
Irlan Melo para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 17 / 11 / 23[Assinatura]  
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 352/22**

## **Relatório**

O Projeto de Lei nº 352/22, que “Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Turim”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

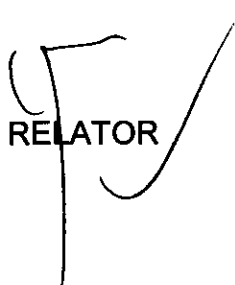
## **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe destacar a nova redação dada ao art. 1º em razão da aprovação da Emenda nº 1 e a reformulação do art. 2º, para conferir-lhe maior clareza.

## **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 352/22.

Belo Horizonte, 17 / 11 / 23

  
RELATOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 352/22

Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Turim, no Bairro Santa Lúcia.

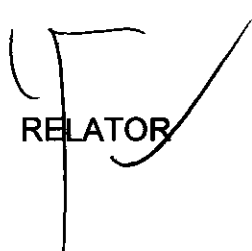
A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica alterada para Via de Caráter Misto - VM - a classificação quanto à permissividade de usos de toda a extensão da Rua Turim, no Bairro Santa Lúcia.

Art. 2º - O mapa constante no Anexo VI da Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, será atualizado no portal da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, em razão da alteração de que trata o art. 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 / 11 / 23

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer em turno único sobre o Projeto de Lei nº 651/2023

### Relatório

O Projeto de Lei nº 651/2023, que “*Consolida a legislação dos parques públicos do município de Belo Horizonte*”, de autoria dos Vereadores Marcela Trópia, Cida Falabella, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Marcos Crispim, Marilda Portela, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Rubão e Wanderley Porto vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

### Fundamentação

Compete à Comissão de Legislação e Justiça a análise de juridicidade dos projetos de lei que tramitam nesta Casa Legislativa, compreendendo a avaliação de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições.

O exame de constitucionalidade neste momento é de grande importância, pois tem caráter de controle de constitucionalidade preventivo, o que, no contexto de uma Constituição formal e rígida, é imprescindível para a garantia de um ordenamento jurídico em conformidade com as normas constitucionais, garantindo o preenchimento dos requisitos formais e materiais que devem ser observados.

Já em relação às normas infraconstitucionais, há que se verificar a conformidade das proposições com as leis gerais federais, leis estaduais pertinentes e Lei Orgânica Municipal. Em relação à juridicidade, em sentido amplo, insta verificar se o projeto de lei é dotado de generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, avaliando também se tal projeto inova no ordenamento jurídico.

Por fim, é preciso avaliar se a proposição é regimental, ou seja, se é compatível com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 30/11/2023  
HORA: 14.56



## Da Constitucionalidade

O exame de constitucionalidade de um projeto de lei visa impedir que uma proposição eivada de vício seja promulgada em nosso arcabouço jurídico. Desta forma, é necessário verificar se estão presentes os requisitos formais do processo de produção das normas, e se o conteúdo do projeto de lei está em conformidade com o conteúdo das normas constitucionais, evitando que seja promulgada uma lei com inconstitucionalidade formal (nomodinâmica) ou inconstitucionalidade material (nomoestática). Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 651/2023.

O PL 651/2023 "*Consolida a legislação dos parques públicos do município de Belo Horizonte*", vejamos, primeiramente, a competência legislativa do tema em questão. A nossa Constituição Federal, dispõe nos artigos 30 a competência legislativa destinada ao Município

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Resta claro que ao consolidar a legislação dos parques municipais, o projeto de lei trata de tema de interesse local. É, portanto, válida e legítima a atuação parlamentar.

Assim, com base nos fundamentos acima explanados, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 651/2023.

## Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores



e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

O Projeto de Lei 651/23, ao propor a consolidação da legislação de parques, trata sobre tema afeto à Lei Complementar 95/1998 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Tal norma estabelece em seu artigo 14, in verbis:

Art. 14. Para a consolidação de que trata o art. 13 serão observados os seguintes procedimentos:

I — O Poder Executivo ou o Poder Legislativo procederá ao levantamento da legislação federal em vigor e formulará projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados;

É possível verificar que o projeto de lei em análise cumpre o requisito disposto na lei aplicável. Porém, ao verificar o rol de parques disposto pela proposição em análise, percebe-se que o nome constante do inciso XIII está equivocado, razão pela qual apresento emenda em anexo, atualizando-a conforme a Lei 11.524/23.

Quanto à concordância do PL 651/2023 com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito à iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II — legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Assim, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta quaisquer outras violações à legislação vigente sobre o tema, pelo que entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 651/2023.

## **Da Regimentalidade**

O PL 651/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos 98, 99 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal.

Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 651/2023

## **Do mérito**

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

O projeto de lei em análise busca consolidar toda a legislação referente aos parques públicos do município de Belo Horizonte. A proposição enumera uma lista extensa de parques e define sua localização, oferecendo um panorama abrangente das áreas designadas como espaços públicos e de lazer na cidade.

A enumeração detalhada dos parques oferece clareza sobre sua localização e nomes oficiais, o que pode ajudar os cidadãos a identificar e acessar esses espaços, além de simplificar procedimentos administrativos e jurídicos e contribuir para a preservação desses locais, garantindo a sua manutenção.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei 651/2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Conclusão

Portanto, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação com apresentação de emenda do Projeto de Lei nº 651/2023.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.11.20 14:50:08  
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirieg	Fl.

## EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 651/23

Dê-se a seguinte redação ao inciso XIII do artigo 2º do Projeto de Lei nº 651/23:

“Art.1º - O inciso XIII do artigo 2º do Projeto de Lei nº 651/23 passa a vigorar com a seguinte redação:

XIII. Parque Municipal Monsenhor Expedito D'Ávila, localizado na Avenida Bandeirantes, 911, Bairro Anchieta;”

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:8431552069

1

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:8431552069  
Dados: 2023.11.20 14:50:45  
-03'00'



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 692/2023

#### VOTO DO RELATOR

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 692/2023 de autoria do nobre Vereador Roberto da Farmácia, que "Dá o nome de Rua Dona Duca, ao Beco da Sopa, no Bairro Vila Bernadete"

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

#### FUNDAMENTAÇÃO

##### 1) PRELIMINARMENTE

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dita, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos do retorno de diligência constante à fl. 24 dos autos do Projeto, verifica-se que não houve retorno do pedido.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 20/11/2023  
HORA. 10:20:06



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Não obstante, verifica-se que o nome proposto ao próprio público apresenta até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

Em pesquisa realizada por esta casa na SIURB, constante à fl. 16 constata-se que o nome “Beco da Sopa” é uma denominação popular, não apresenta informação sobre o nome oficial, mesmo que provisório, à via e possui geolocalização com ID de logradouro 312888.

Foi apresentada também, na fl. 18, consulta ao site GEOSIURBE (PBH) a respeito do nome que se pretende homenagear, e constatou-se que o mesmo não foi dado a nenhum outro próprio público.

Verifica-se também à fl. 2-F do auto do projeto, que a pessoa a ser homenageada faleceu em 2011.

Ademais, foi apresentado no auto do projeto, em suas fls. 3-6, abaixo assinado da comunidade, corroborando com a homenagem a que se pretende dar com o Projeto de lei em análise.

### **2) DO ASPECTO JURÍDICO**

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

- I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

**Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173º, da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 692/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 692/2023.

No que se refere ao aspecto jurídico, temos que os Projetos de Lei devem ser analisados sob o prisma dos atributos da norma legal, da legalidade, da conformidade aos princípios jurídicos e da técnica legislativa.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 692/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - Legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 692/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 23 e 24, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei e também cumpre com o que dispõe o art. 17:

**Art. 23 - A outorga de nome oficial a próprio público e a passagem dar-se-á por lei, que deverá dispor sobre a identificação e a localização destes.**

**Art. 24 -O processo de outorga de nome oficial por lei a próprio público ou a passagem será instruído com:**

- I - indicação do próprio público ou da passagem;
- II - Indicação do nome que se pretende outorgar;
- III - relato explicativo sobre o nome indicado;
- IV - informação sobre a identificação, a localização, a oficialização e a regularidade do próprio público ou sobre a caracterização como passagem;
- V - informação sobre os nomes de bairro nos quais o próprio público ou a passagem se localizem;
- VI - códigos do Cadastro Técnico Municipal.

**Art. 17 - O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.**

**Art. 29 - É vedado modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 (dez) anos a próprio público, a passagem e a bairro, salvo em caso de duplicidade de nome ou do disposto no inciso II do art. 21 desta Lei.**

**§ 1º - O disposto no caput deste artigo não se aplica ao próprio público ou à passagem cuja denominação não seja nome de pessoa e em que não existam moradores.**

**Art. 30 - O próprio público e a passagem poderão ter seus nomes modificados por lei, observado o disposto no art. 29 desta Lei, nas seguintes hipóteses:**

- I - substituição integral por outro nome, por conveniência pública, para corrigir infração a esta Lei ou quando o nome oficial não tiver sido assimilado pela comunidade



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - alteração de parte de nome sem alterar sua essência, mediante inclusão ou supressão de palavra ou de partícula gramatical;

III- verificação de descumprimento do disposto nesta Lei;

IV - verificação de duplicidade.

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 692/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Por técnica legislativa ou nos termos do Regimento Interno dessa casa, regimentalidade, entende-se como o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Temos que o PL 692/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Nestes termos, voto pela **juridicidade** do Projeto de Lei 692/2023



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 3) DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.

Tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor na justificativa do Projeto, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Dona Duca.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei 692/2023.

### 4) CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer e voto, é pela **juridicidade e aprovação** do Projeto de Lei 692/2023.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49  
531867615**

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
7615  
Dados: 2023.11.20  
10:16:36 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI 734/2023  
VOTO DO RELATOR

**1. DO RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Bruno Miranda que *Dá o nome de Maria Leonor Pereira Marques à Rua Um, entre Rua Pintor Renato Lima e Rua Oito, no Bairro Tupi, sob o Código de Logradouro: 303625 e Planta CP: 265064A.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata e recebido pelo(a) presidente, conforme despacho de recebimento, fui designado Relator para análise pertinente ao aspecto jurídico e ao mérito do Projeto de Lei nº 734/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Em suma, o Projeto de Lei nº 734/2023 objetiva denominar como Maria Leonor Pereira Marques à Rua Um, localizada entre as ruas Pintor Renato Lima e Oito, no Bairro Tupi.

Segundo o autor,

O presente projeto de lei objetiva denominar a Rua Um, no Bairro Tupi, de Maria Leonor Pereira Marques, munícipe que nos deixou em 25/09/2022 mas a sua história e dedicação como mãe de Paulo Roberto Pereira Marques, nascido em Pains em 14 de maio de 1949 e desaparecido durante a ditadura militar em dezembro de 1973. Essa data não é totalmente precisa uma vez que não houve aparecimento de seu corpo e nem registros sobre ele no exército.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 20/11/23  
HORA. 08:56



Após esta breve explanação, passa-se às considerações atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

## 2.1 Do aspecto jurídico

No tocante à juridicidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e da legislação infraconstitucional.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de juridicidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições e às legislações supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 734/2023 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

### **Art. 30. Compete aos Municípios:**

#### **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

Não se evidencia, ainda, vício no projeto em apreço quanto a sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).



No que concerne à conformidade do Projeto de Lei nº 734/2023 com a legislação infraconstitucional, cumpre em princípio observar a notória violação do Projeto de Lei nº 734/2023 ao disposto no art. 17 de Lei 9.691/2009. *In verbis*:

Art. 17 - O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

Ao intentar denominar um próprio como Maria Leonor Pereira Marques, o projeto excede o limite de palavras permitidas pelo dispositivo supracitado. Neste caso, para o prosseguimento da proposição do ilustre Vereador Bruno Miranda, o vício pode ser sanado com a apresentação de uma emenda.

Por fim, ressalta-se que o Projeto de Lei nº 734/2023 encontra-se em harmonia com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, com as demais legislações infraconstitucionais e com o Regimento Interno desta Casa.

Frente ao exposto, concluo pela juridicidade do Projeto de Lei nº 734/2023 com apresentação de emenda.

## **2.2 Do Mérito**

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre “denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas”, tornando este parecer conclusivo.

No mérito, reportamo-nos à confiança absoluta havida nas informações do ilustre colega Vereador Bruno Miranda. Assim, segundo o autor, Maria Leonor Pereira Marques foi uma dedicada mãe que teve o filho dado como desaparecido no período da Ditadura Militar. Tendo em vista o falecimento da Sra. Maria Leonor, resta justa e legal a homenagem pretendida pelo autor deste Projeto.

Nestes termos, em análise de mérito, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 734/2023.



### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei nº 734/2023, com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.

IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
69634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20 08:54:08 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



EMENDA Nº \_\_\_\_\_ AO PROJETO DE LEI Nº 734/2023  
(SUBSTITUTIVO)

Dá o nome de Maria Leonor Marques à  
Rua Um, entre as ruas Pintor Renato Lima  
e Oito, no Bairro Tupi, sob o Código de  
Logradouro: 303625 e Planta CP:  
265064A.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Maria Leonor Marques à Rua Um, entre as ruas Pintor Renato Lima e Oito, no Bairro Tupi, sob o Código de Logradouro: 303625 e Planta CP: 265064A.

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023.

IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
9634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.11.20  
08:54:37 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota